

O presidente e a vontade da maioria

FHC

E preciso separar a pessoa do chefe do governo (sem preocupações de imagem austera), que, com esposa e comitiva, assiste a um show de artistas que se exibem nuas, da do presidente da República que se dispõe a retomar contato intelectual com um amigo de prestígio no mundo das ciências humanas europeias. O que o segundo disse pouco tem a ver com o fim de semana do primeiro em Petrópolis. Quem interessa é o intelectual e o político, embora a imagem austera do chefe de Estado conte muito, até para os antistes que estiveram no show.

Há um momento, dir-se-ia um ato falho, na longa conversa entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e Alain Touraine (*idealizada e publicada por nós domingo último*), que talvez explique muito do que acontece no relacionamento do chefe de governo com o Congresso, os partidos e a própria sociedade: "Num sistema de transição [a edição de medidas provisórias] é fundamental porque a vontade política da maioria, por meio do presidente, pode se contrapor às fragmentações dos partidos" (grifamos). A frase revela muito do que sucede: em primeiro lugar, o presidente da República julga que ainda vivemos em um período de transição; depois, considera as medidas provisórias, especialmente na maneira pela qual esse instituto vem sendo usado, como necessárias ao período de transição; em terceiro lugar, e mais importante que tudo, jul-

ga que é por intermédio de sua ação como autor de medidas provisórias, que edita a seu talante e reedita conforme a disposição do Congresso, que se expressa a vontade do povo. Touraine poderia perguntar: "Bonapartismo?" Registraramos o ato falho — talvez não tão inconsciente assim, pois havia afirmado que a fragilidade dos partidos faz que o presidente assuma funções "muito centralizadoras, muito pessoais. É quase como se fosse um poder imperial."

Esse é um dos aspectos políticos que ressaltam da conversação. Há outro, que é o afastamento do presidente daquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo. Seria cometer uma redundância dizer que o presidente Fernando Henrique Cardoso não é neoliberal — não o é por formação e por afirmações reiteradas desde que assumiu a Presidência da República. Por isso, é curioso que, à pergunta sobre a possibilidade de conciliar no Brasil competitividade com mais justiça social (tema que de maneira alguma é a negação do pensamento liberal, nem privilégio dos sociais-democratas), o chefe de governo se tenha sentido na obrigação de reiterar sua posição contrária à aceitação de um diagnóstico neoliberal ou de uma terapia neoliberal. Reiterada

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

sua posição "social" (sem dizer), avança aquilo que é importante registrar: "Sempre disse que nós teríamos de ao mesmo tempo ampliar não só a ação do Estado na educação e na saúde, como também combinar formas de controle social mais diretas". A expressão "controle social" retorna de quando em quando, às vezes associada ao sistema de concessões de serviços públicos (o que faz algum sentido). Na realidade, porém, a expressão tem alcance maior: "Na verdade

— disse S. Exa. —, é preciso haver mais mercado e mais sociedade — ou seja, mecanismos de controle de pressão social que permitam evitar os efeitos negativos do ajuste liberal puramente em termos de mercado". Agora já não é apenas "controle social", mas controle que se exerce por pressão social. Isso tudo, num quadro em que os partidos são fragmentados (os de esquerda são conservadores), os burocratas não entendem a profundidade das reformas que estão sendo feitas e em que os sindicatos operários são defensores do corporativismo. Nesse quadro, em que o Estado também é fraco, quem exercerá o controle, e quem fará a pressão social?

Registre-se, por outro lado, que não estamos mais no clima vitorioso da entrevista à im-

presa da semana passada. Seria difícil ao intelectual Fernando Henrique Cardoso dizer a seu amigo Alain Touraine que tudo são flores. Por isso, depois de registrar em breve frase o aumento da capacidade de compra dos setores mais pobres da população, o presidente da República enumera as dificuldades que estão à frente: "A retomada do crescimento e a distribuição de renda dependem de outros fatores". E relaciona as condições indispensáveis a que o Plano Real dê certo, dando prova de que o barômetro de bordo registra com precisão as oscilações do tempo e é capaz de permitir que nele se leia a borracha que se avizinha: reforma fiscal, equilíbrio orçamentalário (segundo S. Exa, mais nos Estados e municípios que na União), acerto das contas da Previdência, reforma do Estado.

**Na conversa com
Alain Touraine, o
chefe do
Executivo
apontou riscos
para o Real**

A última pergunta é ao sociólogo e não ao chefe de Estado: "Qual o aspecto mais difícil de resolver na tarefa de um presidente?". A resposta é singela: "É o mais banal de todos. É o fato de que, efetivamente, muita coisa depende do presidente... que tem de criar novos papéis para ele." Parece-nos que de 1946 para cá, no regime democrático, sempre foi assim...